

Papo de Concurseiro

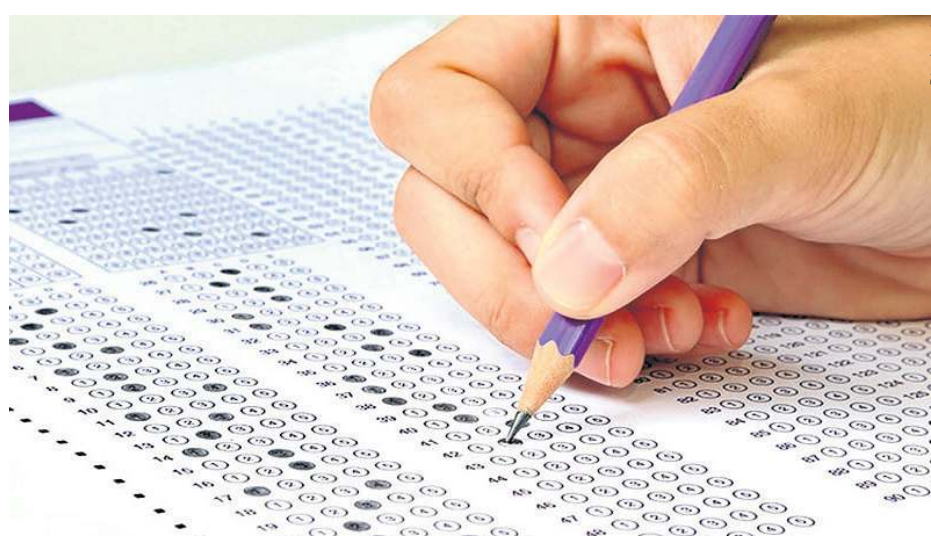
MARIANA FERNANDES
marianafernandes.df@cbnet.com.br

Acompanhe as notícias de concursos em blogs.
correio braziliense.com.br/papodeconcurseiro

Iprev-DF autorizado a abrir novo concurso

O Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal (Iprev-DF) está autorizado a abrir novo concurso público com 85 vagas para o cargo de analista previdenciário. Com o aval, a próxima etapa deve ser a escolha de uma comissão organizadora, que ficará responsável pela elaboração do projeto básico e escolha da banca.

Do total de chances, 65 serão imediatas e 20 para a formação de cadastro de reserva. As oportunidades serão divididas em três especialidades: especialista previdenciário, especialista em investimentos e especialista em atuária. Todas exigem formação em nível superior. A remuneração inicial do cargo é de R\$ 6.760.



Divulgação

Secretaria de Saúde do DF define banca

O Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação (IBFC) vai organizar as etapas do próximo concurso da Secretaria de Saúde do Distrito Federal. Serão 381 imediatas, sendo 50 para o cargo de cirurgião dentista, 101 para o cargo de enfermeiro e 230 vagas para médicos. Haverá também cadastro reserva correspondente a duas vezes o número das vagas imediatas.

Nova seleção da PMGO

A Polícia Militar do estado de Goiás assinou contrato com o Instituto AOCF para organizar as etapas do concurso com 1.670 vagas. Agora, o próximo passo deve ser a publicação do edital. Serão 1.500 vagas para soldado de 2ª classe — combatente; 20 vagas para soldado de 2ª classe músico; 100 para o cargo de cadete e 50 vagas para o cargo de 2º tenente (médicos, odontólogos e psicólogos).



Divulgação/Correio-DF

Mais de 1.770 oportunidades para a Polícia Penal do DF

A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária está com concurso aberto para 1.779 vagas de nível superior. Os aprovados vão ingressar na carreira da Polícia Penal (antigo agente penitenciário). A remuneração inicial é de R\$ 5.445. As inscrições já estão abertas e seguem até 11 de abril, por meio do site do Instituto AOCF. As provas estão previstas para 12 de junho, no Distrito Federal.



Divulgação/Agência Brasília

Mais vagas para Goiânia

A Prefeitura de Goiânia retomou o concurso público com 1.376 vagas para todos os níveis de escolaridade. Há chances nas áreas da educação, saúde, assistência social e infraestrutura. As inscrições seguem abertas até às 17h de 29 de abril, por meio do site da Universidade Federal de Goiás. As provas objetivas estão previstas para 25 de maio. Os salários variam entre R\$ 1.075,49 e R\$ 3.452,93, para carga horária semanal 20 a 40 horas.



Arthur Menezes/ESP, CBDA Press

Alterado cronograma da PGDF

A Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF), divulgou uma retificação do edital do concurso que oferece 65 vagas, além da formação de cadastro reserva, para o cargo de procurador. Agora, a aplicação das provas discursivas está prevista para os dias 12, 13 e 14 de agosto; a prova oral para 30 de outubro e o período para o envio da documentação para a avaliação de títulos está previsto para 13 e 14 de dezembro.



Reprodução

CGU aplica provas no domingo

Atenção, concurseiros. Os inscritos no certame da Controladoria Geral da União (CGU) estão na reta final de preparação. As provas estão marcadas para domingo e 65.579 candidatos concorrem à seleção. Ao todo, são 375 vagas, sendo 300 para auditor federal de finanças e controle, de nível superior; e 75 para técnico federal de finanças de controle, de nível médio. Os salários variam entre R\$ 7.283,31 e R\$ 19.197,06.

LEGISLATIVA / Após três anos de tratativas e polêmicas, lei que dita regras para utilização das áreas urbanas do DF será analisada no plenário da Câmara Legislativa. Expectativa é de que texto seja aprovado

Mudanças na Luos serão votadas hoje

» ANA ISABEL MANSUR

A tão esperada revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo (Luos) será finalmente votada hoje pela Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF). A legislação — que é revista a cada quatro anos e define as diretrizes territoriais da área urbana do DF, exceto a parte tombada, fixando critérios como altura e área, além do tipo de uso — tramita na Casa desde dezembro de 2020, por meio do Projeto de Lei Complementar nº 69, de autoria do Poder Executivo. O documento atual está em vigor desde 2018.

Ao texto original, foram acrescentadas ao menos 85 emendas. Antes mesmo de ser enviada à CLDF, a atualização da Luos era discutida por especialistas, gestores públicos, sociedade civil e parlamentares desde 2019. A atualização da Luos foi proposta em dezembro de 2020. Alvo de embates em torno de mudanças polêmicas, o Colégio de Líderes do Legislativo entrou em acordo

para enviar o texto ao plenário da Câmara na quinta-feira. Na ocasião, o secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitacional do DF (Seduh), Mateus Oliveira, afirmou ao **Correio** que a decisão de votar era resultado do diálogo intenso entre governo, sociedade e Câmara Legislativa. “O projeto é fruto de um longo período de trabalho, que atentou para todos os critérios técnicos e que passou por audiências públicas”, frisou.



Precisamos dar confiança jurídica para os empresários investirem na nossa cidade, mas também temos que garantir a segurança dos moradores das áreas residenciais"

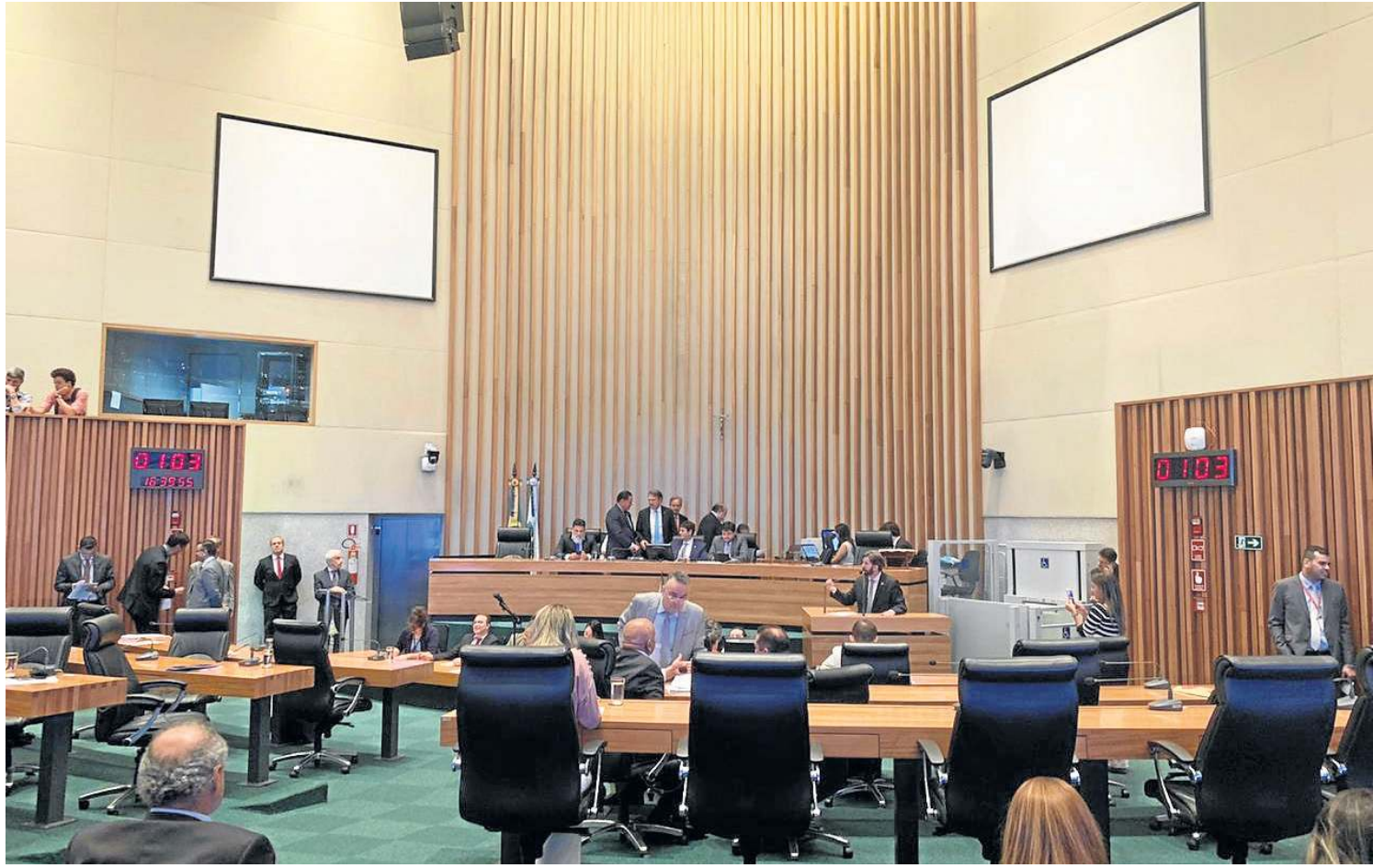
Rafael Prudente (MDB), presidente da CLDF

A expectativa do presidente da CLDF, Rafael Prudente (MDB), é de que a proposta seja aprovada hoje. “O assunto está maduro e precisamos votar. Os temas foram amplamente debatidos pelo governo juntamente com a sociedade, o ambiente, agora, está favorável para a deliberação no plenário pelos deputados e os pontos polêmicos foram esclarecidos”, afirmou ao **Correio**, citando a proibição do aumento do uso comercial nas quadras residenciais do Lago Sul e do Lago Norte e, também, da ampliação do setor Park Sul.

Sobre o último ponto, o parlamentar destacou que não há estudos conclusivos sobre os impactos da expansão no trânsito, na segurança e no meio ambiente. “Diante disso, a área permanece como está”, frisou, sem deixar de lado a defesa da urbanização ordenada. “Precisamos dar confiança jurídica para os empresários investirem na nossa cidade, mas também temos que garantir a segurança dos moradores das áreas residenciais. Vamos apoiar o crescimento organizado”, completou Rafael Prudente.

Apesar dos acordos para retirada dos temas polêmicos, os moradores das áreas que seriam afetadas temem que os assuntos mais intragáveis sejam votados de todo jeito. Antonio Matoso,

Agatha Gonzaga/Esp. CB/D.A Press



De acordo com a Mesa Diretora da CLDF, o texto está pronto para ser votado, após longos debates entre governo, Legislativo e população

prefeito comunitário do Lago Norte e membro da União dos Conselhos Comunitários do DF (UCCDF), também pede a manutenção da altura máxima das edificações na cidade. “Não tem nada garantido a nosso favor, quando tem votação, só Deus sabe o resultado. Estamos protegendo o futuro de Brasília. Mudar a altura máxima da cota de soleira de 8m para 9,5m vai acabar permitindo prédios baixos, de dois ou três andares”, critica Antonio. Em relação à ampliação do Park Sul, um dos pontos mais sensíveis da revisão da Luos, a geógrafa especialista em urbanismo Marly Santos da Silva cita o perigo de expandir a ocupação urbana sem considerar a malha de transportes da região. “Ali, é um local onde ocorrem muitos congestionamentos e acidentes. É uma área cuja malha viária é complicada e mal feita. A região tem estação de metrô e uma rodoviária, mas não há integração: as pessoas têm de atravessar uma pista para ir de uma à outra. A condição de infraestrutura para pedestres é péssima”, enfatiza a especialista.

População

sem alterar a questão do transporte coletivo”, critica.

Comissões

A revisão do texto foi aprovada pelo Conselho de Planejamento Territorial e Urbano (Conplan) em novembro de 2020. O documento de 277 páginas passou pelas comissões de Assuntos Fundiários (CAF), de Economia, Orçamento e Finanças (Ceof) e de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo (CDESCTMAT) da Câmara Legislativa. A atualização em debate também sugere o fim do controle de vizinhança — medida de participação popular no planejamento da construção de empreendimentos em área pública.